

Candidatos não aprovados:

Elisabete Maria Figueiredo Costa — 5,39 (b).

(b) Por ter obtido classificação inferior a 9,5 valores, conforme previsto no n.º 1 do artigo 36.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

## MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

**Despacho conjunto n.º 720/2005.** — O representante do accionista Estado, na qualidade de detentor directo de 60% do capital social da COIMBRAPOLIS, Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis em Coimbra, S. A., pautará a sua actuação no reinício da assembleia geral a realizar em 5 de Setembro de 2005, pelas 10 horas, na sede social, de acordo com o seguinte mandato:

- 1) Relativamente ao segundo ponto da ordem de trabalhos, votar favoravelmente a aprovação do relatório de gestão e as contas relativas ao exercício de 2004;
- 2) Relativamente ao terceiro ponto da ordem de trabalhos, não há lugar à aplicação de resultado líquido em virtude de o mesmo ser nulo;
- 3) Relativamente ao quarto ponto da ordem de trabalhos, propor e votar favoravelmente um voto de confiança no conselho de administração, e em cada um dos seus membros, bem como no fiscal único;
- 4) Relativamente ao quinto ponto da ordem de trabalhos o accionista Estado emite a seguinte declaração de voto:

«É dado formalmente como aprovado o plano de actividades e orçamento para 2004 no que respeita aos 'investimentos Polis' realizados efectivamente pela Sociedade no exercício de 2004, na medida em que os mesmos se enquadrem no plano estratégico da intervenção.»

- 5) Relativamente ao sexto ponto da ordem de trabalhos, votar favoravelmente a proposta de reprogramação física e financeira da intervenção do Programa Polis em Coimbra, apresentada pelo conselho de administração, condicionadas ao explicitado na seguinte declaração de voto:

«Não poderão resultar quaisquer encargos adicionais para o accionista Estado decorrentes da prorrogação do prazo aprovada por deliberação social unânime por escrito em 26 de Abril de 2005, nomeadamente os derivados de custos de estrutura e gestão global.»

- 6) Relativamente ao sétimo ponto da ordem de trabalhos, votar favoravelmente o plano de actividades e orçamento para 2005.

2 de Setembro de 2005. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*. — Pelo Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, *João Manuel Machado Ferrão*, Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades.

## MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

**Portaria n.º 960/2005 (2.ª série).** — Portugal, como membro da União Europeia, tem satisfeito os compromissos internacionais assumidos no âmbito militar, participando, nomeadamente, em missões humanitárias e de paz, nos termos do Decreto-Lei n.º 233/96, de 7 de Dezembro.

A situação preocupante que hoje se vive na República Democrática do Congo conduziu a União Europeia a planear e preparar uma missão militar de apoio às iniciativas diplomáticas ali em curso, a EUSEC RD Congo, para o que solicitou a participação de Portugal, através da nomeação de dois oficiais do Exército.

Assim, ao abrigo do disposto nos artigos 41.º, n.º 1, e 44.º, n.º 1, da Lei n.º 29/82, de 11 de Dezembro, e nos termos do artigo 2.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 233/96, de 7 de Dezembro:

Manda o Governo, pelo Ministro da Defesa Nacional, o seguinte:

1.º Autorizar o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, com vista à participação portuguesa na EUSEC RD Congo, a aprontar e empregar uma missão militar constituída por dois oficiais do Exército, que ficarão colocados na sua dependência directa.

2.º A duração da missão será de um ano.

3.º De acordo com o n.º 5.º da portaria n.º 87/99 (2.ª série), de 30 de Dezembro de 1998, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 23, de 28 de Janeiro de 1999, aqueles militares desempenham funções em país da classe C.

3 de Junho de 2005. — O Ministro da Defesa Nacional, *Luís Filipe Marques Amado*.

## Gabinete do Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar

**Despacho n.º 20 098/2005 (2.ª série).** — No uso das competências delegadas pelo despacho n.º 19 416/2005, de 25 de Agosto, do Ministro da Defesa Nacional, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 172, de 7 de Setembro de 2005, e nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 128/2005, publicada no *Diário da República*, 1.ª série-B, n.º 153, de 10 de Agosto de 2005, nomeio o mestre Armando Miguel Perez de Jesus Sequeira responsável pela Estrutura de Missão para os Assuntos do Mar.

O presente despacho produz efeitos desde 15 de Agosto de 2005.

8 de Setembro de 2005. — O Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, *Manuel Lobo Antunes*.

**Despacho n.º 20 099/2005 (2.ª série).** — No uso das competências delegadas pelo despacho n.º 19 416/2005, de 25 de Agosto, do Ministro da Defesa Nacional, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 172, de 7 de Setembro de 2005, e nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 128/2005, n.º 7, publicada no *Diário da República*, 1.ª série-B, n.º 153, de 10 de Agosto de 2005, nomeio o Prof. Doutor Emanuel João Flores Gonçalves adjunto do responsável pela Estrutura de Missão para os Assuntos do Mar.

O presente despacho produz efeitos desde 1 de Setembro de 2005.

8 de Setembro de 2005. — O Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, *Manuel Lobo Antunes*.

**Despacho n.º 20 100/2005 (2.ª série).** — No uso das competências delegadas pelo despacho n.º 19 416/2005, de 25 de Agosto, do Ministro da Defesa Nacional, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 172, de 7 de Setembro de 2005, e nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 128/2005, n.º 7, publicada no *Diário da República*, 1.ª série-B, n.º 153, de 10 de Agosto de 2005, nomeio o capitão-de-fragata José Nuno dos Santos Chaves Ferreira representante do Ministério da Defesa Nacional para a Estrutura de Missão para os Assuntos do Mar.

O presente despacho produz efeitos desde 15 de Agosto de 2005.

8 de Setembro de 2005. — O Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, *Manuel Lobo Antunes*.

## Direcção-Geral de Política de Defesa Nacional

**Despacho n.º 20 101/2005 (2.ª série).** — 1 — No uso das competências delegadas pelo despacho n.º 16 327/2005, de 12 de Julho, do Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 143, de 27 de Julho de 2005, e nos termos do artigo 4.º do estatuto dos militares em acções de cooperação técnico-militar concretizadas em território estrangeiro, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 238/96, de 13 de Dezembro, nomeio o sargento-ajudante ART 04918281, Francisco J. Aleixo Caldeireiro, por um período de 365 dias, em substituição do sargento-ajudante ART 09194080, Manuel Bernardino Correia Duarte, para desempenhar funções de chefe da Secção de Património e Transportes do Núcleo de Apoio Técnico de Angola, no âmbito da cooperação técnico-militar com a República de Angola.

2 — De acordo com o n.º 5.º da portaria n.º 87/99 (2.ª série), de 30 de Dezembro de 1998, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, de 28 de Janeiro de 1999, o militar nomeado irá desempenhar funções em país da classe C.

5 de Setembro de 2005. — Pelo Director-Geral, (*Assinatura ilegível*).

**Despacho n.º 20 102/2005 (2.ª série).** — 1 — No uso das competências delegadas pelo despacho n.º 16 327/2005, de 12 de Julho, do Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 143, de 27 de Julho de 2005, e nos termos do artigo 4.º do estatuto dos militares em acções de cooperação técnico-militar concretizadas em território estrangeiro, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 238/96, de 13 de Dezembro, nomeio, por um período de um ano, o 13842281, SAJ CAV

Carlos Manuel Alves Lopes, em substituição do 05140482, SAJ CAV Filipe Nuno de Jesus Casimiro, para desempenhar funções de assessoria técnica, do projecto n.º 5, «Apoio à formação de unidades de forças especiais», inscrito no Programa Quadro da Cooperação Técnico-Militar com a República de Cabo Verde.

2 — De acordo com o n.º 5.º da portaria n.º 87/99 (2.ª série), de 30 de Dezembro de 1998, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, de 28 de Janeiro de 1999, o militar nomeado irá desempenhar funções em país da classe B.

6 de Setembro de 2005. — Pelo Director-Geral, (*Assinatura ilegível.*)

**Despacho n.º 20 103/2005 (2.ª série).** — 1 — No uso das competências delegadas pelo despacho n.º 16 327/2005, de 12 de Julho, do Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 143, de 27 de Julho de 2005, e nos termos do artigo 4.º do estatuto dos militares em acções de cooperação técnico-militar concretizadas em território estrangeiro, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 238/96, de 13 de Dezembro, conjugado com o disposto no n.º 4 do artigo 6.º do mesmo estatuto, e encontrando-se verificados os requisitos nele previstos, prorrogo a comissão do 12251790, 1SAR ENG Rui Manuel Inácio Martins, por um período de 180 dias, com início em 11 de Setembro de 2005, para desempenhar funções de assessoria técnica no âmbito do projecto n.º 3, «Apoio à operacionalidade do Pelotão de Engenharia Militar de Construções», inscrito no Programa Quadro da Cooperação Técnico-Militar com a República Democrática de São Tomé e Príncipe.

2 — De acordo com o n.º 5.º da portaria n.º 87/99 (2.ª série), de 30 de Dezembro de 1998, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, de 28 de Janeiro de 1999, o militar nomeado irá desempenhar funções em país da classe B.

6 de Setembro de 2005. — Pelo Director-Geral, (*Assinatura ilegível.*)

### Instituto da Defesa Nacional

**Despacho (extracto) n.º 20 104/2005 (2.ª série).** — Por despacho de 29 de Agosto de 2005 do director do Instituto da Defesa Nacional:

Mestre Isabel Alexandra Gomes Ferreira Nunes, técnica superior principal do quadro de pessoal do Instituto da Defesa Nacional — renovada a comissão de serviço, pelo período de três anos, nos termos do disposto no artigo 23.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, no cargo de direcção intermédia de 2.º grau, chefe do Centro de Estudos do Departamento de Investigação e Defesa do Instituto da Defesa Nacional, com efeitos a partir de 8 de Novembro de 2005. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

7 de Setembro de 2005. — A Directora dos Serviços Administrativos e Financeiros, *Maria Filomena Gabriel*.

**Despacho (extracto) n.º 20 105/2005 (2.ª série).** — Por despacho de 6 de Setembro de 2005 do director do Instituto da Defesa Nacional:

Ana Margarida Ferreira Abreu, técnica superior de 1.ª classe do quadro de pessoal do Instituto para a Qualidade na Formação, I. P. — transferida para idêntico lugar no quadro próprio de pessoal do Instituto da Defesa Nacional, depois de obtida a anuência do conselho directivo do Instituto para a Qualidade na Formação, I. P., nos termos do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com efeitos a partir de 12 de Setembro de 2005. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

7 de Setembro de 2005. — A Directora dos Serviços Administrativos e Financeiros, *Maria Filomena Gabriel*.

### MARINHA

#### Arsenal do Alfeite

**Aviso n.º 8144/2005 (2.ª série).** — Faz-se pública a relação nominativa do pessoal nomeado do Arsenal do Alfeite (promoções do pessoal fabril), elaborada nos termos da alínea a) do n.º 4.º da Portaria n.º 1227/91, de 31 de Dezembro, aprovada por despacho do administrador

do Arsenal do Alfeite de 29 de Agosto de 2005, para vigorar a partir das datas que se indicam:

Em 1 de Janeiro de 2005:

Operário especializado do nível três, promovido a contramestre do nível um:

N.º 2385 — Daniel Silva Martins Santos.

Operários especializados do nível quatro, promovidos a contramestre do nível um:

N.º 2609 — Rui Manuel Alves Lucas.

N.º 3699 — Paulo Jorge Vicente Neto.

Contramestre do nível três, promovido a mestre do nível dois:

N.º 1758 — Luís Manuel Gil Figueiredo.

Operários do nível oito, promovidos a operários especializados do nível quatro:

N.º 2061 — Mário Manuel Agostinho Pais.

N.º 3977 — Manuel Nunes Catarino.

N.º 0121 — António Lopes Vieira.

N.º 0484 — Celestino Manuel Sombrinha Pereira.

Operários do nível sete, promovidos a operários especializados do nível três:

N.º 3946 — Vítor Neves Pereira.

N.º 4989 — Sezinando Henrique Oliveira Ferreira.

N.º 0846 — José Costa Martins.

Operário do nível seis, promovido a operário especializado do nível dois:

N.º 9262 — António Albino Gamboias Bilro Narciso.

Operários do nível cinco, promovidos a operários especializados do nível um:

N.º 0153 — Edmundo Jorge Lopes Carmo.

N.º 0431 — Cremildo Varela Louro Lobato Possante.

N.º 0170 — José Manuel Correia.

N.º 5017 — João Pedro Dias Francisco.

N.º 2176 — Francisco Isaías Gomes Costa.

N.º 0276 — Mário Jorge Gonçalves Elias.

Operários do nível quatro, promovidos a operários especializados do nível um:

N.º 4430 — Paulo Jorge Amado Fonseca.

N.º 0225 — Hugo Miguel Gomes Gato.

N.º 1157 — Otilio Joaquim Pires Abrantes.

N.º 0427 — Jorge Miguel Santos Pinto.

N.º 1669 — Hélder António Ribeiro Silva

Técnico de apoio fabril do nível três, promovido a técnico de apoio fabril principal do nível um:

N.º 1646 — Manuel Alexandre Oliveira Gomes.

Em 1 de Maio de 2005:

Contramestre do nível dois, promovido a mestre do nível um:

N.º 2642 — Amândio Manuel Ricardo.

(Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

31 de Agosto de 2005. — O Director Financeiro, *Sérgio Manuel Paio Ferreira Topa*.

**Despacho (extracto) n.º 20 106/2005 (2.ª série).** — Por meu despacho de 7 de Setembro de 2005:

José Manuel Ricardo da Silva, técnico de manutenção de navios do nível 5 do quadro do pessoal do Arsenal do Alfeite — nomeado, precedendo concurso interno geral de ingresso, em comissão de serviço extraordinária, pelo período de um ano, na categoria de estagiário da carreira de técnico bacharel do quadro do pessoal do Arsenal do Alfeite. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

8 de Setembro de 2005. — O Administrador, *Victor M. Gonçalves de Brito*.